



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57  
Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel: (21) 2508-0100

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores acionistas,  
Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros S.A. submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, comparativamente a igual período do ano anterior, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer Atuarial.  
A Generali Brasil Seguros S.A. é parte de um dos maiores grupos internacionais de seguros, Assicurazioni Generali SpA, fundado na Itália em 1831 e presente em 68 países. O grupo Generali opera através de 172 seguradoras, 130 empresas financeiras e imobiliárias, consolida o resultado de 521 companhias, emprega aproximadamente 85.000 funcionários e atende a mais de 70 milhões de clientes.  
Ao longo de 2009, a Companhia promoveu uma reestruturação societária com a incorporação dos investidores Transocean do Brasil Participações S.A. e Genpar Empreendimentos e Participações S.A., passando a ter seu controle acionário exercido diretamente pela Assicurazioni Generali SpA e Transocean Holding Corporation.

Em 18 de agosto de 2009, foi aprovado, em Assembléia Geral Extraordinária, aumento do Capital Social da Companhia no montante de R\$20 milhões.  
A Companhia expandiu sua produção no exercício de 2009, totalizando o volume de R\$309 milhões de prêmios emitidos, correspondendo a um crescimento de 9% em relação ao exercício anterior, com destaque para o crescimento da carteira do ramo automóvel.  
O índice de sinistralidade geral ficou em 64%, apresentando uma redução de 4 pontos percentuais, comparado com o exercício anterior, refletindo uma significativa evolução operacional.  
A Companhia ampliou sua atuação geográfica, com abertura de novas filiais, priorizando a interiorização da sua produção sempre com o foco na qualidade de atendimento aos clientes.  
A Companhia promoveu importantes investimentos em tecnologia, no desenvolvimento e implantação de um novo sistema corporativo, visando aperfeiçoar processos operacionais e aprimorar os serviços prestados aos corretores e segurados.

De acordo com a política do Grupo, a Companhia segue os preceitos previstos no Código de Ética em vigor desde 2004. Outrossim, a Companhia constituiu comitê de Controles Internos com o objetivo de fortalecer e aprimorar as funções de compliance, controles internos e gestão de riscos. A capacidade financeira da Companhia é compatível com suas operações atuais e apresentou em 31 de dezembro de 2009, uma suficiência na margem de solvência conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 18. Destacamos que a Companhia registra todos os seus Investimentos Financeiros com base no valor de mercado.  
**Agradecimentos**  
Reiteramos nossos agradecimentos aos segurados, corretores e parceiros de negócios pela preferência e confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o reconhecimento pela dedicação e pelos esforços que têm demonstrado. Agradecemos aos acionistas o apoio e confiança em nossa administração. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.  
Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2010.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais

ATIVO	2009	2008
		<b>Ajustado (Nota 2)</b>
<b>Circulante</b>	<b>379.813</b>	<b>346.036</b>
Disponível - caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	1.352	917
Aplicações financeiras (Nota 4)	110.441	112.811
Títulos de renda fixa	23.262	78.456
Quotas de fundos de investimento	87.179	34.355
Crédito das operações com seguros e resseguros	212.114	182.811
Prêmios a receber	82.316	59.015
Operações com seguradoras	333	363
Operações com resseguradoras	124.926	121.556
Outros créditos operacionais	6.307	3.384
Provisão para riscos de créditos	(1.768)	(1.507)
Títulos e créditos a receber	5.339	5.614
Títulos e créditos a receber	1.088	1.552
Créditos tributários e previdenciários	3.985	3.721
Outros créditos	638	693
Provisão para riscos de créditos	(372)	(352)
Outros valores e bens (Nota 20)	8.198	4.698
Empréstimos e depósitos compulsórios	12	12
Despesas antecipadas	17	622
Despesas de comercialização diferidas (Nota 9)	24.038	19.517
Despesas de resseguros e retrocessões diferidas (Nota 9)	18.302	19.034
<b>Não circulante</b>	<b>79.381</b>	<b>72.983</b>
Realizável a longo prazo	47.723	42.576
Aplicações financeiras (Nota 4)	14.338	11.883
Títulos de renda fixa	13.854	11.352
Outras aplicações	484	531
Títulos e créditos a receber	33.385	30.689
Títulos e créditos a receber (Nota 5)	7.996	8.114
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 6)	25.389	22.575
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	4
<b>Permanente (Nota 7)</b>	<b>31.658</b>	<b>30.407</b>
Investimentos	19.666	19.864
Participações societárias	1.646	1.627
Imóveis destinados a renda	35.064	35.065
Outros investimentos	59	-
Depreciação	(17.103)	(16.828)
Imobilizado	7.860	8.816
Imóveis	10.628	11.747
Bens móveis	9.217	8.725
Outras imobilizações	98	113
Provisão para desvalorização	(14)	(41)
Depreciação	(12.069)	(11.728)
Intangível		
Outros intangíveis	4.132	1.727
<b>Total do ativo</b>	<b>459.194</b>	<b>419.019</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais**

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007 (original)</b>	136.799	8.381	8	(73.231)	71.957
Ajuste de exercícios anteriores (Notas 2 e 14(b))	-	-	-	(4.268)	(4.268)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007 (Ajustado)</b>	136.799	8.381	8	(77.499)	67.689
Aumento de capital em 28 de fevereiro e 07 de abril de 2008, aprovado pela Portaria SUSEP/DECON nº 845 de 18 de setembro de 2008 (Notas 14(c))	12.152	-	-	-	12.152
Reavaliação títulos e valores mobiliários	-	-	1	-	1
Baixa parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	(698)	-	698	-
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	(193)	-	193	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.097)	(5.097)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008 (Ajustado)</b>	148.951	7.490	9	(81.705)	74.745
Aumento de capital por incorporação (Notas 1 e 14(c))	81	-	-	-	81
Reavaliação títulos e valores mobiliários	-	-	7	-	7
Baixa parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	(114)	-	114	-
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	(180)	-	180	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.063)	(9.063)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	149.032	7.196	16	(90.474)	65.770

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**

Em milhares de reais

**1. Contexto operacional:** A Generali Brasil Seguros S.A., ("Generali") controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador internacional, tem por objetivo social a exploração de seguros de danos e pessoas, como definidos na legislação em vigor.  
Em 20 de maio de 2009, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Seguradora deliberaram, entre outros assuntos, pela incorporação das investidoras Transocean do Brasil Participações S.A. ("Transocean") e Genpar Empreendimentos e Participações S.A. ("Genpar"), com base nos protocolos e justificativa de incorporação datados de 15 de maio de 2009 e nos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos contábeis das respectivas empresas datados de 30 de abril de 2009.  
Os acervos líquidos contábeis da Transocean e a Genpar são compostos por aplicações financeiras e créditos a receber no montante de R\$ 7 e R\$ 74, respectivamente, totalizando R\$ 81. Os efeitos decorrentes da referida incorporação foram contabilizados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009. O aumento de capital na Generali decorrente desta incorporação foi homologado através da Portaria SUSEP nº 3326 de 22 de setembro de 2009.  
Ao longo do último trimestre de 2009, a Seguradora implantou um novo sistema corporativo visando aperfeiçoar os seus processos operacionais e os serviços prestados aos segurados e corretores. O processo de migração do antigo sistema para o novo tornou-se bastante complexo, resultando na necessidade de um prazo mais extenso para a preparação dos dados que compõem as demonstrações financeiras. Destacamos que, neste período, no que tange às suas operações, a Seguradora funcionou normalmente.  
**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Generali em 25 de junho de 2010.  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 379/2008. As circulares SUSEP nºs 379/2008 e 385/2009 introduziram modificações na classificação das contas patrimoniais relativas às operações de resseguros. As demonstrações financeiras relativas ao exercício

findo em 31 de dezembro de 2008, anteriormente publicadas, foram reclassificadas segundo os novos critérios de forma a propiciar melhores condições de comparabilidade, conforme abaixo demonstrado:

Ativo circulante	Apresentação original		2008	
	original	Reclassificação	Reclassificado	
Operações com resseguradoras	11.853	109.703	121.556	
Despesas de comercialização diferidas - seguros e resseguros	16.693	2.824	19.517	
Despesas de resseguros e retrocessões diferidas		19.034	19.034	
		131.561		
<b>Passivo circulante</b>				
Provisão de prêmios não ganhos	58.569	19.034	77.603	
Receitas de comercialização diferidas		2.824	2.824	
Sinistros a liquidar	68.687	109.703	178.390	
		131.561		

Conforme mencionado na Nota 14(b), os créditos tributários de anos anteriores relativos ao imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base negativa no montante de R\$ 4.268 foram revertidos em consonância com as Circulares da SUSEP nºs 356/07 e 379/08 e contabilizados como ajuste de exercícios anteriores no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2008.  
Dessa forma, os saldos das seguintes contas foram alterados em relação aos saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2008:

	Apresentação original	Ajuste	Ajustado
Realizável a longo prazo			
Tributos e créditos a receber	4.268	4.268	-
<b>Patrimônio líquido</b>			
Prejuízos acumulados	(77.437)	(4.268)	(81.705)

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Seguradora incluem, portanto, estimativas referentes à seleção do período das vidas úteis do ativo imobilizado,

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2009	2008
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>	309.129	284.437
<b>Prêmios de resseguros cedidos</b>	(71.627)	(74.558)
<b>Prêmios retidos</b>	237.502	209.879
<b>Variações das provisões técnicas</b>	(19.038)	(10.944)
<b>Prêmios ganhos</b>	218.464	198.935
<b>Sinistros retidos</b>	(140.202)	(135.368)
<b>Despesas de comercialização (Nota 16)</b>	(41.370)	(37.525)
<b>Outras despesas e receitas operacionais (Nota 16)</b>	(18.314)	(8.464)
<b>Despesas administrativas (Nota 16)</b>	(42.998)	(39.662)
<b>Despesas com tributos (Nota 16)</b>	(5.735)	(5.749)
<b>Resultado financeiro (Nota 16)</b>	18.735	19.480
<b>Resultado patrimonial</b>	2.023	1.971
<b>Resultado operacional</b>	(9.399)	(6.382)
<b>Ganhos com ativos não correntes (Nota 7 (b))</b>	740	1.675
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	(8.659)	(4.707)
Participações sobre o resultado	(404)	(390)
<b>Prejuízo do exercício</b>	(9.063)	(5.097)
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no fim do exercício (R\$)	(8.05)	(4.53)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2009	2008
<b>Atividades operacionais</b>		
Recbimentos de prêmios de seguros	316.792	271.461
Recuperações de sinistros e comissões	183	839
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	6.975	10.057
Pagamentos de sinistros e comissões	(196.875)	(186.124)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(48.530)	(27.519)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(7.117)	(9.726)
Pagamentos de despesas e obrigações	(46.437)	(39.259)
Pagamentos de indenização e despesas processos judiciais	(239)	-
Outros pagamentos operacionais	(15.005)	(15.059)
Recbimentos de juros e dividendos	1.375	568
Constituição de depósitos judiciais	(1.758)	(304)
Resgates de depósitos judiciais	35	83
Pagamentos de participações nos resultados	(404)	(390)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	8.995	4.627
Impostos e contribuições pagos	(26.517)	(16.063)
<b>Investimentos financeiros</b>		
Aplicações	(153.684)	(150.197)
Venda e resgates	165.186	143.576
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>	(6.020)	(18.057)
<b>Atividades de investimento</b>		
Pagamentos pela compra de ativo permanente		
Imobilizado	(345)	(788)
Intangível	(2.520)	(513)
Recbimentos pela venda de ativo permanente		
Investimento	-	34
Imobilizado	1.408	3.114
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimento</b>	(1.457)	1.846
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	-	12.152
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 8)	7.912	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	7.912	12.152
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	435	(4.059)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	917	4.976
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	1.352	917
<b>Aumento (redução) nas aplicações financeiras - recursos livres</b>	(5.420)	4.553

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

provisões necessárias para passivos contingentes, provisões técnicas e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**3. Principais práticas contábeis**

**(a) Apuração do resultado**  
O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:  
• A apropriação ao resultado dos prêmios e comissões, incluindo os custos de angariação deduzidos dos cancelamentos, restituições e cessões em resseguros e cosseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices.  
• A apropriação dos juros sobre prêmios fracionados, de acordo com o prazo de parcelamento desses prêmios.  
• O resultado decorrente de retrocessão de prêmios e respectivas comissões, indenizações, provisões técnicas, outras receitas e despesas, apropriado mensalmente com base nos valores informados pelo IRB-Brasil Resseguros S.A.  
• A participação dos funcionários, de acordo com as metas estipuladas pela administração da Seguradora, apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria.  
• Aluguéis de imóveis destinados à renda, registradas como Resultado Patrimonial.  
**(b) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.  
**(c) Aplicações**  
De acordo com pronunciamentos da SUSEP, os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção de sua negociação, em três categorias específicas, quando aplicável, e atendendo aos seguintes critérios de contabilização:  
• **Títulos para negociação**  
São adquiridos com o propósito de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, são avaliados pelo valor de mercado e classificados no ativo circulante; os ganhos e as perdas realizados e não realizados com esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.  
• **Títulos disponíveis para venda**  
São avaliados pelo valor de mercado, os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos no patrimônio líquido na conta "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Nas datas das negociações dos títulos, os ganhos e as perdas são transferidos para o resultado.

Continua



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57

Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel: (21) 2508-0100

**• Títulos mantidos até o vencimento**

Aqueles para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

**(d) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo**

Os saldos em moeda estrangeira, oriundos de operações com seguros, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras.

Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor de mercado ou de realização. A Seguradora constitui provisão para riscos de créditos com base em análise de sua administração que leva em consideração o perfil e a experiência com a carteira de clientes, a conjuntura econômica e a sua expectativa de realização de créditos e contas a receber.

**(e) Permanente**

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação no IRB-Brasil Resseguros S.A. e na Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros - DPVAT avaliada pelo seu custo histórico de aquisição.

- reavaliações periódicas de terrenos e edificações com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

- depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, sendo 25 anos para as edificações reavaliadas, 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para veículos e equipamentos de informática.

- Intangível, em substituição do diferido, amortizado pelo método linear, com base na expectativa de geração de resultados, que não excede o prazo de cinco anos.

**(f) Provisões técnicas - seguros e resseguros**

**• Provisão de prêmios não ganhos - PPNG**

Constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados.

A provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) é estimada conforme metodologia submetida à SUSEP. As comissões retidas e diferidas de RVNE são estimadas com base nos percentuais médios observados para as mesmas nos últimos 12 meses. A Nota Técnica Atuarial em que são justificadas as metodologias de estimação está à disposição da SUSEP, conforme Resolução CNSP nº 162/06 e nº 181/07.

**• Provisão complementar de prêmios - PCP**

A Seguradora contabilizou, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Provisão Complementar de Prêmios - PCP, conforme estabelecido pelas Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 162/2006 e 181/2007. Esta provisão é complementar à PPNG e PPNG-RVNE e seu cálculo é feito "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido; o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não. Esta provisão deve ser entendida como um reforço da margem de solvência.

A Seguradora, de acordo com a orientação da SUSEP, registrou a sua PCP inicial de R\$ 12.433 como ajuste de exercícios anteriores nas demonstrações financeiras de 2007. O saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 3.222 (2008 - R\$ 2.744), apresentado sob "provisões técnicas - Outras provisões", no passivo circulante, cujo efeito no resultado de 2009 é de R\$ 1.634 (2008 - R\$ 5.836). O IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em seu comunicado técnico nº 01/2007, concluiu que a constituição desta provisão técnica está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente por não refletir qualquer obrigação, conhecida ou potencial, que possa decorrer de um contrato de seguro.

**• Sinistros a liquidar**

Constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nas notificações de sinistros avisados.

**• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados**

Constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, com base em metodologia submetida e aceita pela SUSEP e leva em consideração a experiência de sinistralidade da Seguradora.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados para o ramo de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) é contabilizada com base nos valores informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, por intermédio do demonstrativo do Convênio do Seguro de DPVAT.

**(g) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando apurado lucro tributável, as provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas nos termos da legislação vigente à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% para imposto de renda e 9% até abril de 2008 e 15% a partir de maio de 2008 para contribuição social sobre o lucro.

**(h) Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros**

A partir de 2008, com base em análise da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Seguradora exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "impairment" no resultado do exercício.

**(i) Adoção inicial da Lei nº 11.638/07**

A adoção inicial da referida Lei a partir de 1º de janeiro de 2008 não apresentou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Seguradora, tendo em vista que as principais alterações trazidas pela legislação que afetam as operações da Seguradora já vinham sendo adotadas por esta em função das normas contábeis já existentes emanadas da SUSEP.

**(j) Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aprovou, com a edição da Circular nº 379 de 19 de dezembro de 2008, diversos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (até CPC 13), com aplicação imediata dessas normas contábeis em 2008, bem como o CPC 11 - Contratos de Seguros, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

A norma e as interpretações da norma CPC 11 foram publicadas e aprovadas pela SUSEP e serão obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, que até a presente data, não foram aprovadas pela SUSEP.

Nos termos da nova norma contábil sobre contratos de seguros para aplicação em 2010, as cifras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2010. Caso outras normas do CPC sejam aprovadas pelo regulador para aplicação em 2010, o mesmo procedimento estará sendo adotado. A Seguradora não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A administração vem trabalhando na implementação e análise dos impactos do CPC 11 nas demonstrações financeiras de 2010 e, até a presente data, não foi praticável identificar/mensurar esses eventuais efeitos.

**4. Aplicações financeiras - circulante e realizável a longo prazo**

	2009		2008	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Títulos de renda fixa				
Quotas de fundos de investimento ....	87.179	-	34.355	-
Certificados de Depósito Bancário ....	12.821	-	54.982	-
Títulos de renda fixa - públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT....	10.441	13.854	23.474	11.352
Outras aplicações .....	-	484	-	531
	<u>110.441</u>	<u>14.338</u>	<u>112.811</u>	<u>11.883</u>

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi obtido na divulgação do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - AMBIMA e os fundos de investimento

são apresentados pelo valor das quotas de cada fundo, na data das demonstrações financeiras, divulgado pelos seus administradores. Os títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro foram classificados como segue:

**(a) Títulos para negociação**

	2009		2008	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos públicos federais .....	-	-	15.653	15.643
Quotas de fundos de investimento - renda fixa ...	87.179	87.179	34.355	34.355
Certificados de Depósito Bancário .....	12.821	12.821	54.981	54.982
	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>	<u>104.989</u>	<u>104.980</u>

Estes títulos possuem a seguinte distribuição por prazo de vencimento:

	2009		2008	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
A vencer em até 1 ano .....	11.934	11.934	58.297	58.288
A vencer entre 1 e 5 anos .....	887	887	12.337	12.337
Vencimento indeterminado .....	87.179	87.179	34.355	34.355
	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>	<u>104.989</u>	<u>104.980</u>

As quotas de fundos de investimento são apresentadas pelo valor das quotas dos fundos na data das demonstrações financeiras e correspondem a aplicações em fundos exclusivos e não exclusivos, referenciados e vinculados principalmente ao certificado de depósito interfinanceiro (CDI) e administrados principalmente pelo Banco Santander S.A., Banco UBS Pactual S.A., Banco Votorantim S.A., Credit Lyonnais e Banco Itaú S.A. Os títulos das carteiras dos fundos exclusivos também estão classificados como títulos para negociação.

**(b) Títulos disponíveis para venda**

Composto por títulos públicos federais, adquiridos pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT, na qualidade de administradora dos recursos garantidores da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados das operações dos Consórcios DPVAT.

	2009		2008	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
A vencer em até 1 ano .....	10.437	10.441	7.828	7.831
A vencer entre 1 e 5 anos .....	13.830	13.854	11.338	11.352
	<u>24.267</u>	<u>24.295</u>	<u>19.166</u>	<u>19.183</u>

**5. Tributos e créditos a receber - longo prazo**

Referem-se, principalmente, à ações judiciais transitadas em julgado conforme descrito a seguir:

(a) Ação ordinária 99.001.159336-3, no montante de R\$ 5.395 (2008 - R\$ 5.178) movida contra o Município do Rio de Janeiro de imposto sobre a propriedade territorial urbana - IPTU e contribuição da taxa de coleta do lixo e de limpeza pública - TGLLP, por inconstitucionalidade na majoração da alíquota.

(b) Ação ordinária 93.001.066174-8, no montante de R\$ 1.750 (2008 - R\$ 2.260) movida contra a ACS Air Charter Systems sobre responsabilidade de transporte aéreo de animais.

Esses créditos são corrigidos pelos índices de remuneração determinados nas ações, quais sejam: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E acrescido da taxa de 1% ao ano para o item (a) e do Bank Rate divulgado pelo Banco Central do Canadá acrescido da variação cambial do dólar canadense para o item (b).

**9. Provisões técnicas e despesas de comercialização - Seguros e resseguros**

Ramos	2009		2008		Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões para despesas administrativas	Provisão complementar de prêmios	Despesas de comercialização diferidas	Despesas de resseguros e retrocessões diferidas	Receitas de comercialização diferidas
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar						
Incêndio .....	-	2.272	-	1	-	-	-	-	-	-
Compreensivo residencial .....	1.581	559	82	-	-	-	473	161	13	
Compreensivo Condomínio .....	248	61	9	-	-	-	60	132	38	
Compreensivo empresarial .....	11.217	5.014	1.005	-	-	-	2.583	4.174	1.132	
Automóvel/RCF .....	64.585	30.938	3.042	-	-	-	17.863	3.052	962	
Transporte nacional/Internacional .....	1.269	32.861	1.884	-	-	246	70	1.375	96	
Cascos/aeronáuticos .....	3.756	2.517	75	-	-	-	392	3.075	440	
Responsabilidade civil .....	1.628	9.726	159	-	-	-	252	658	65	
Vida/acidentes pessoais .....	1.207	16.996	12.971	-	2.238	-	272	1.109	6	
Engenharia .....	570	367	17	-	23	-	17	557	134	
Riscos diversos .....	711	1.599	66	-	44	-	114	493	86	
Riscos de petróleo .....	217	32.013	9	-	-	-	12	216	12	
Prestamista .....	5.208	1.496	1.057	-	160	-	1.690	-	-	
DPVAT .....	-	22.354	1.156	-	374	-	-	-	-	
Demais .....	3.453	8.419	1.434	-	511	-	240	3.300	223	
	<u>95.650</u>	<u>167.192</u>	<u>22.967</u>	-	<u>374</u>	<u>3.222</u>	<u>24.038</u>	<u>18.302</u>	<u>3.207</u>	<u>2008</u>

Ramos	2009		2008		Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões para despesas administrativas	Provisão complementar de prêmios	Despesas de comercialização diferidas	Despesas de resseguros e retrocessões diferidas	Receitas de comercialização diferidas
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar						
Incêndio .....	-	2.492	-	4	-	-	-	-	-	-
Compreensivo residencial .....	1.514	472	56	-	-	-	500	140	10	
Compreensivo Condomínio .....	145	74	8	-	-	-	43	57	11	
Compreensivo empresarial .....	9.063	4.093	738	-	-	-	2.319	2.827	537	
Automóvel/RCF .....	47.685	27.392	3.046	-	10	-	13.583	5.697	1.718	
Transporte nacional / Internacional .....	291	24.661	2.253	-	344	-	65	4	-	
Cascos / aeronáuticos .....	2.494	2.194	18	-	-	-	245	1.752	22	
Responsabilidade civil .....	1.576	11.893	41	-	-	-	225	923	64	
Vidas/acidentes pessoais .....	994	18.477	11.646	-	1.967	-	364	220	33	
Engenharia .....	316	773	11	-	10	-	37	216	9	
Riscos diversos .....	1.166	2.343	7	-	-	-	182	794	140	
Riscos de petróleo .....	4.952	336	468	-	226	-	1.506	131	-	
Prestamista .....	-	58.572	-	-	-	-	1	-	-	
DPVAT .....	-	16.747	1.307	-	558	-	-	-	-	
Demais .....	7.407	7.871	1.109	-	187	-	447	6.273	280	
	<u>77.603</u>	<u>178.390</u>	<u>20.712</u>	-	<u>558</u>	<u>2.744</u>	<u>19.517</u>	<u>19.034</u>	<u>2.824</u>	<u>2008</u>

**10. Garantias das provisões técnicas**

Para cobertura das provisões técnicas, a Seguradora mantém os seguintes bens e valores retidos ou vinculados à SUSEP:

	2009	2008
Certificados de Depósito Bancário .....	12.821	54.982
Quotas de fundos de investimento - renda fixa .....	87.145	32.333
Imóveis .....	10.764	10.112
Letras Financeiras do Tesouro - LFT .....	24.267	34.851
	<u>134.997</u>	<u>132.278</u>

O montante dos direitos creditórios de R\$ 38.733 (2008 - R\$ 24.660), líquido dos prêmios vencidos e não pagos, foram deduzidos das provisões técnicas para fins de cobertura, segundo as Circulares SUSEP nº 284/05 e 300/05. Parte dos imóveis registrados em investimentos e em imobilizado serviram para cobertura das provisões técnicas. A Seguradora apresenta, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, suficiência de cobertura de provisões técnicas.

**11. Partes relacionadas**

	2009		2008	
	Outras contas a pagar	Outras contas a pagar	Outras contas a pagar	Outras contas a pagar
Caja de Seguros S.A.(i) .....	-	88	-	138

(i) Referem-se a adiantamentos recebidos pela Seguradora em conexão com os convênios firmados para atendimento aos sinistros dos segurados da Caja de Seguros S.A., companhia do grupo, na modalidade de Responsabilidade Civil de Danos Materiais e Danos Corporais.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de março de 2009 fixou a remuneração global mensal da administração em até R\$ 300, a ser rateada posteriormente entre seus membros, como faculta o Estatuto Social.

A Seguradora proporciona aos seus empregados os benefícios estipulados em acordo firmado em convenção coletiva com o sindicato da categoria.

**12. Previdência complementar**

A Seguradora instituiu um plano de aposentadoria complementar opcional

**6. Depósitos judiciais e fiscais**

	2009	2008
Sinistros (Nota 13) .....	4.695	2.679
Tributos .....	4.499	4.259
Encargos sociais .....	954	890
Trabalhistas .....	74	69
Depósitos judiciais e fiscais cíveis .....	13.705	12.974
Outros depósitos .....	1.462	1.704
	<u>25.389</u>	<u>22.575</u>

**7. Permanente**

**(a) Investimentos**

	2009	2008
Participações societárias		
IRB Brasil Resseguros S.A. ....	1.474	1.474
Seguradora Líder dos Consórcio de Segs. DPVAT .....	172	153
Imóveis destinados a renda - urbanos .....	17.961	18.237
Outros investimentos .....	59	-
	<u>19.666</u>	<u>19.864</u>

**(b) Imobilizado**

	2009	2008
Imóveis .....	10.614	11.706
Móveis e utensílios .....	2.7	



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57  
Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel: (21) 2508-0100

Natureza das ações	Total		Total	
	Perda provável A	Quantidade	2009	2008
Fiscais.....	10	121	24	24
Trabalhistas.....	7	182	286	286
Cíveis.....	64	3.008	3.214	3.214
	81	3.311	3.524	3.524

As contingências prováveis referem-se, basicamente, a:  
**Fiscais** - processos relativos a parcelamento da Cofins deferido pela Secretaria da Receita Federal e cobrança de ICMS sobre salvados nas praças Rio de Janeiro e São Paulo.  
**Trabalhistas** - pedidos de direitos e indenizações trabalhistas.  
**Cíveis** - referem-se basicamente a ações decorrentes do curso normal das operações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa. Com relação às contingências possíveis, a Seguradora é ré em um processo contendo pedido de indenização por alegada quebra de contrato na utilização dos serviços de assistência médica aos segurados e consequentes danos morais, originados da época em que a Seguradora operava no ramo saúde. Objetivando dar prosseguimento à discussão sobre estas ações em esfera judicial superior, a Seguradora, acatando decisão judicial em execução provisória, em 31 de dezembro de 2009 possui depósitos judiciais no montante de R\$ 12.403 (2008 - R\$ 11.594). A administração da Seguradora reavalia periodicamente as ações e processos e, baseada na opinião do seu consultor jurídico que patrocina essas ações, acredita que a recuperação desse depósito judicial é possível, uma vez que já possui nessas ações judiciais conexas uma decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça.

**14. Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	2009		2008	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas domiciliados no País.....	169.470	0,02	1.104.142.154	98,18
Acionistas domiciliados no exterior.....	1.125.619.673	99,98	20.459.884	1,82
	1.125.789.143	100,00	1.124.602.037	100,00

Como resultado da incorporação reversa das suas controladoras (Nota 1) os acionistas do exterior passaram a deter a participação direta na Seguradora a partir de 2009.

O montante total do capital pertencente aos acionistas domiciliados no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil. De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais e é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

**(b) Ajuste de exercícios anteriores**

Refere-se à reversão de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em consonância com as Circulares SUSEP nº 356/07 e 379/08, conforme mencionado na Nota 2.

**(c) Aumento de capital**

Em Assembleias Gerais Extraordinárias de 28 de fevereiro de 2008 e 7 de abril de 2008, foi aprovado o aumento de capital social em R\$ 12.152 em espécie, com emissão de 174.671.748 novas ações, elevando-o de R\$ 136.799 para R\$ 148.951, representado por 1.124.602.037 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A Portaria SUSEP/DECON nº 845, de 18 de setembro de 2008, homologou o aumento de capital. Conforme mencionado na Nota 1, os acionistas deliberaram pela incorporação das investidoras Transocean e Genpar, o que acarretou um aumento de capital no montante de R\$ 81 mil. Este aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 3326 de 22 de setembro de 2009, elevando o número de ações para 1.125.789.143 em 2009.

**(d) Reserva de reavaliação**

Referente à reavaliação dos terrenos e edificações, é apresentada líquida do imposto de renda e contribuição incidentes, refletidos na provisão para tributos diferidos no exigível a longo prazo. As baixas e realizações parciais da reserva de reavaliação são decorrentes das vendas dos imóveis comerciais da Seguradora citados na Nota 8(b). Conforme permitido pela Lei nº 11.638/07, a Seguradora optou por não estornar a reserva de reavaliação.

**(e) Ajustes de títulos e valores mobiliários**

Refere-se à valorização, líquida dos efeitos tributários, dos títulos classificados como "disponíveis para venda" - Nota 3(c), ajustada ao valor de mercado, em conformidade com a Circular SUSEP nº 379/08.

**15. Ramos de atuação da Seguradora**

Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Índices - %		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissionamento
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>			
Automóveis/RCF-V.....	95.705	75	21
Vida/acidentes pessoais.....	44.687	45	15
Demais.....	78.072	62	18
	218.464	64	19
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>			
Automóveis/RCF-V.....	68.770	80	19
Vida/acidentes pessoais.....	50.617	69	17
Demais.....	79.546	58	20
	198.935	68	19

**16. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado**

	2009	2008
<b>Despesas de comercialização</b>		
Comissão sobre prêmios emitidos.....	(48.049)	(46.176)
Comissão de agenciamento.....	(3.536)	(3.065)
Recuperação de comissões.....	9.509	9.090
Outras despesas de comercialização.....	(2.528)	(1.156)
Varição das despesas de comercialização diferidas.....	3.234	3.782
	(41.370)	(37.525)
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Recuperação de custo de apólice.....	8.032	5.188
Taxa de administração seguro habitacional - SFH.....	-	27
Participação nos lucros - resseguro cedido.....	-	128
Outras receitas, líquidas.....	286	3.400
	8.318	8.743

	2009	2008
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Despesas operacionais - seguros.....	(17.195)	(10.776)
Provisão para riscos de créditos.....	(556)	(459)
Despesas com administração de apólices.....	(1.528)	(1.040)
Despesas com inspeção de riscos.....	(3.179)	(2.829)
Despesas com encargos dos corretores.....	(183)	(217)
Despesas com cobrança bancária.....	(1.654)	(1.328)
Lucros atribuídos.....	(1.003)	(548)
Outras despesas, líquidas.....	(1.334)	(10)
	(26.632)	(17.207)

**Despesas administrativas**

Despesas com pessoal próprio.....	(29.152)	(27.046)
Despesas com serviços de terceiros.....	(2.520)	(2.514)
Despesas com localização e funcionamento.....	(7.721)	(6.745)
Outras despesas administrativas.....	(3.605)	(3.357)
	(42.998)	(39.662)

**Despesas com tributos**

Despesas com PIS.....	(739)	(748)
Despesas com COFINS.....	(4.542)	(4.606)
Outras despesas com tributos.....	(454)	(395)
	(5.735)	(5.749)

**Receitas financeiras**

Com operações de seguros e resseguros.....	4.735	4.451
Com títulos de renda fixa.....	11.960	14.279
Com dividendos do IRB.....	713	668
Com crédito tributário.....	143	203
Outras receitas financeiras (Nota 20(e)).....	1.801	2.953
	19.352	22.554

**Despesas financeiras**

Com operações de seguros e resseguros.....	222	(2.780)
Outras despesas financeiras.....	(839)	(294)
	(617)	(3.074)

**Ganhos com ativos não correntes**

Alienação de imobilizado.....	740	1.621
Outras receitas.....	-	54
	740	1.675

**17. Imposto de renda e contribuição social**

	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes dos tributos e participações.....	(8.659)	(8.659)	(4.707)	(4.707)
Participações no resultado.....	(404)	(404)	(390)	(390)

**Adições**

Realização parcial da reserva de reavaliação por depreciação e sobre venda.....	437	437	598	598
Provisão de ações Trabalhistas.....	97	97	70	70
Provisão de ajuste a valor de mercado.....	-	-	13	13
Provisão para perda de aluguéis.....	20	20	83	83
Provisão prêmios s/ créditos c/resseguradoras.....	75	75	-	-
Provisão prêmios s/ créditos c/seguradoras.....	180	180	780	780
Gratificações.....	-	-	56	56
Outras adições.....	88	88	56	56

**Exclusões**

Reversão de ajuste a valor de mercado.....	(21)	(21)	-	-
Reversão provisão realização salvado.....	(101)	(101)	-	-
Provisão para desvalorização de aluguéis..	-	-	(111)	(111)
Provisão para créditos duvidosos s/prêmios.....	-	-	(330)	(330)
Reversão de provisão de ações civis.....	(206)	(206)	(1.140)	(1.140)
Reversão de provisão de ações trabalhistas.....	(104)	(104)	-	-
Dividendos recebidos.....	(686)	(686)	(276)	(276)
Base tributável negativa.....	(9.284)	(9.284)	(5.354)	(5.354)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, as companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição - RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A Seguradora optou por este regime quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008.

A Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 170.254 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 160.970 em 2008). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com Circular SUSEP nº 379/08.

**18. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital (EC)**

Nos termos da Resolução CNSP nº 178/07, o capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e parcelas adicionais para cobertura dos riscos de subscrição de crédito, de mercado, legal e operacional. Considerando que, por parte do CNSP, ainda não há regulamentação do capital adicional pertinente a todos os riscos identificados na regulamentação, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser aferida em relação ao maior dos valores entre o capital mínimo requerido e a margem de solvência calculada na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55/01. A Resolução CNSP nº 158/06 alterada pela Circular SUSEP nº 355/07 estabeleceu critérios para a determinação do capital adicional baseado nos riscos de subscrição.

Em 31 de dezembro, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), a margem de solvência e o capital mínimo requerido, podem ser assim demonstrados:

	2009	2008
Patrimônio líquido contábil.....	65.770	74.745
Despesas antecipadas.....	(17)	(622)
Intangível.....	(4.132)	(1.727)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>61.621</b>	<b>72.396</b>
(a) Patrimônio mínimo necessário - por prêmio.....	47.500	41.976
(b) Patrimônio mínimo necessário - por sinistro.....	46.571	47.333
<b>Margem de solvência (a)</b>	<b>(47.500)</b>	<b>(47.333)</b>
Capital base - CB.....	15.000	14.580
Capital adicional de subscrição - CAS.....	43.984	41.575
<b>Capital mínimo requerido (b)</b>	<b>58.984</b>	<b>56.155</b>
Patrimônio líquido ajustado.....	61.621	72.396
(-) Exigência de capital - EC maior entre (a) ou (b).....	58.984	56.155
<b>Suficiência de capital</b>	<b>2.637</b>	<b>16.241</b>

No próximo exercício social, a suficiência de capital aumentará em decorrência da capitalização do aporte de recursos da controladora, registrado na rubrica "Depósitos de terceiros" em 31 de dezembro de 2009, e dos aumentos de capital dos acionistas no exterior previstos para 2010 (Nota 21).

**19. Instrumentos financeiros**

**(a) Identificação e valorização**

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses ativos/obrigações, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

**(b) Política de gestão de riscos financeiros**

A Seguradora possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Seguradora foi estabelecida pela Administração local, em conjunto com sua casa matriz.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas ao gerenciamento de risco.

**(c) Risco de crédito e liquidez**

A política de aceitação de risco da Seguradora considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Seguradora tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

**(d) Risco de mercado**

**Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

**Risco com taxa de câmbio**

O risco associado decorre da possibilidade de a Seguradora vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2009, a Seguradora possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, os quais a administração não considera relevante para contratação de instrumentos financeiros para proteger essa exposição nessa data.

	Dólar dos Estados Unidos		Reais
Ativo			
Prêmios a receber em moeda estrangeira.....	2.994		5.279
Passivo			
Provisão de prêmios não ganhos em moeda estrangeira.....	(1.588)		(2.779)
Exposição líquida.....	1.356		2.500

**(e) Derivativos**

Em 2008 e 2009, a Seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

**20. Outras informações**

(a) A Seguradora contrata seguros em modalidades e montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas em seu ativo imobilizado.  
(b) A rubrica "Outros valores e bens", no ativo circulante, refere-se, substancialmente, a bens salvados, apresentados ao seu valor de realização.  
(c) A rubrica "Outras contas a pagar", no passivo circulante, refere-se, substancialmente, a reclassificação de saldo credor de reconciliação bancária.  
(d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, conforme avaliação atuarial da administração não foi requerida a constituição de "Provisão para insuficiência de prêmios".  
(e) Em 31 de dezembro de 2008, a Seguradora obteve decisão favorável, transitadas em julgado, de ações de indenização de sinistro de frete de fertilizantes. A Seguradora reconheceu o ganho na conta "Outras receitas financeiras". Os honorários incidentes referentes aos processos foram devidamente reconhecidos.  
(f) De acordo com o dispositivo da Circular SUSEP nº 310/2005, os custos com assistência 24 horas a serem repassados à prestadora desses serviços foram classificados na rubrica Obrigações a pagar, no passivo circulante, e em 31 de dezembro de 2009 esses custos montavam a R\$ 6.817 (2008 - R\$ 4.467).

**21. Eventos subsequentes**

Em 9 de fevereiro de 2010, a Seguradora recebeu, dos seus acionistas no exterior, o montante de R\$ 12.395 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. O referido montante será subscrito após a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

**DIRETORIA**

**Federico Baroglio**

Diretor Presidente

**Eduardo Sergio de Souza G. Nunes**

Diretor Vice-Presidente

**Alberto Braune Barcellos Filho**

Diretor

**Marco André Guimarães Carvalho**

Diretor

**Mario Jorge Rodrigues C. Cruz**

Diretor

**Sinval Chaves de Oliveira**

Diretor

**ATUÁRIO**

**Sinval Chaves de Oliveira**

MIBA nº 561

**CONTADOR**

**Jayme Antonio Correa de Freitas**

CRC-RJ 043068/O-7

**PARECER ATUARIAL**

Aos Administradores e Acionistas da Generali Brasil Seguros S.A. Prezados Senhores, Atendendo o disposto na Circ. SUSEP 272/04, efetuei a avaliação atuarial desta Seguradora, na data base de 31/12/09. Usando a boa técnica e os princípios atuariais, constatei que as provisões técnicas estão adequa-

damente valoradas, calculadas e constituídas, de acordo com as normas do CNSP e da SUSEP, o que capacita a Seguradora a honrar todos os seus compromissos. A Provisão de Prêmios Não Ganhos e a PCP - Provisão Complementar de Prêmios garantem, com margem de segurança, os riscos vigentes, o que torna desnecessária a constituição da PIP - Provisão de Insuficiência de Prêmios. A Avaliação Atuarial completa e Parecer

Atuarial detalhado estão sendo encaminhados à SUSEP, nos termos da citada Circular 272/04.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2010.

**Sinval Chaves de Oliveira**

Atuário Responsável Técnico-Atuarial - MIBA 561

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas da Generali Brasil Seguros S.A. 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar